

Política regional e mobilidade populacional numa fronteira de recursos do Brasil

BERTHA K. BECKER
I. de Geociências — UFRJ* CNPq

1. INTRODUÇÃO

ESTE trabalho é uma tentativa de investigar efeitos sociais de políticas regionais contemporâneas. Trata da Amazônia brasileira que, por sua extensão territorial e viabilidade de aproveitamento, é uma das mais importantes fronteiras de recursos do mundo atual, aí focalizando a área da rodovia Belém—Brasília.

A Amazônia vem sendo alvo de recentes estratégias de integração ao sistema espacial nacional. O Programa de Integração Nacional (PIN, 1970) utiliza como instrumentos básicos a construção de rodovias pioneiras, planos de colonização e incentivos fiscais para a atração de firmas e capitais. A expansão da fronteira agrícola, a solução conjunta de problemas regionais e a integração social são objetivos explícitos desse Programa (*Metas e Bases para a Ação do Governo*, P.R., 1970)¹.

* Trabalho patrocinado pelo CNPq e CEPo. Colaboraram na pesquisa de campo as professoras Maria Helena Lacorte, Lia O. Machado, Júlia A. Bernardes e Marlene M. Guimarães. Colaboração ativa na elaboração dos dados foi prestada pela aluna Elaine C. Bosco. A autora agradece o valioso apoio logístico do DNER e IPR, sem o qual a execução da pesquisa teria sido dificultada. Comunicação apresentada na Conferência Regional da UGI, Nigéria, 1978.

1 Além da expansão da fronteira agrícola o PIN visa a reorientar a emigração da mão-de-obra do Nordeste para a Amazônia, evitando seu deslocamento para o Centro-Sul, e a “criar condições para a incorporação à economia de mercado... de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenada à estagnação tecnológica e à perpetuação de um drama social intolerável” (*Metas e Bases para a Ação do Governo*, 1970, p. 31).

A partir de 1974 o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) enfatiza os critérios de eficiência, selecionando áreas e projetos prioritários para concentração de recursos.

A redução das disparidades espaciais de desenvolvimento é um dos objetivos básicos das políticas regionais que tem sido considerada como um *feedback* negativo dos desequilíbrios inerentes ao crescimento econômico (Myrdal, 1955; Hirschmann, 1956; Friedmann, 1977). A evidência empírica, contudo, não parece sustentar essa tese.

Em correspondência com a complexa interdependência do mundo contemporâneo, as políticas de desenvolvimento espacial orientam-se para a integração funcional e espacial em sistemas amplos, utilizando critérios de eficiência econômica, e sua ênfase se desloca dos níveis locais e regionais para o inter-regional e nacional. Como resultado, introduzem elas as desigualdades no nível intra-regional e se distanciam cada vez mais das aspirações de grupos sociais de tamanho médio e pequeno, provocando a sua insatisfação (Becker, Bernardes, 1976, Stöhr, Todling, 1977). Tal distanciamento induz a falhas na informação e, portanto, na percepção para tomadas de decisão acertadas, representando desperdício de potencialidade para o desenvolvimento contidas na periferia (Becker, 1974).

A crescente escala de especialização, inter-relações e interdependências setoriais e organizacionais, característica das sociedades urbano-industriais contemporâneas, corresponde no sistema capitalista à evolução do processo de acumulação e reprodução de capital. Assim, as formas atuais de intervenção no espaço vinculam-se às necessidades de expansão do sistema, ou seja, à ampliação da escala do processo de extração e mobilização do produto excedente que se concentra em certas camadas da população e em certos pontos do espaço.

Como projeção espacial desse processo, a integração da fronteira de recursos caracteriza-se por rápida expansão do povoamento e rápida mudança no uso do solo e na estrutura espacial. É que, por suas características intrínsecas, tal tipo de região oferece grandes atrativos e facilidades para a reprodução do capital, constituindo-se como uma "fronteira" na acepção lata do termo, verdadeiro campo de atração de forças da sociedade urbano-industrial. Para ela são atraídas não apenas populações e atividades como as mais recentes inovações, introduzidas continuamente por iniciativa governamental ou privada, nacional e estrangeira, e que se superpõem em ritmo acelerado. Pode-se, pois, aí bem detectar os mecanismos de expansão da economia moderna e seus efeitos sobre o bem-estar da população.

Com efeito, na área em estudo, em menos de vinte anos, observa-se que os efeitos da estrada no povoamento são manifestações do crescimento econômico (Katzmann, 1975). Por sua vez, o intenso processo de urbanização em área destinada à ocupação agrícola, beneficiando principalmente os pólos regionais situados nas extremidades da artéria, indica crescimento desequilibrado (Becker, 1977). Finalmente, essas manifestações não captam a extrema instabilidade das condições de vida de pequenos produtores, pequenos comerciantes, artesãos e assalariados.

Torna-se, pois, necessário explicitar o caráter da integração da fronteira e indagar também que categorias de população aí se beneficiam, por que meios e procedentes de que regiões do País. Para tanto recorreu-se, como base de explicação ao método histórico e a elementos da teoria da acumulação do capital e como técnica de pesquisa, ao levantamento de campo.

Considerando que numa sociedade de recursos escassos o acesso aos meios de produção é fundamental para a qualidade de vida rural, assumiu-se como critérios para sua avaliação o acesso à terra, ao capital e ao grau de autonomia de trabalho, expressos tanto no *status* sócio-econômico quanto no grau de estabilidade da população.

Como indicador do acesso aos meios de produção, a estabilidade é, portanto, aqui considerada num contexto mais amplo do que aquele utilizado por alguns autores. Não corresponde apenas a necessidades imateriais do indivíduo, traduzindo sua auto-realização ou sua alienação na sociedade (Stöhr/Todling, 1977), nem corresponde, tampouco, à forma mais elementar de acesso e acumulação de poder social, considerando que a “casa” é a menor unidade de produção social (Friedmann, 1978).

Como hipótese central tem-se que, em tal tipo de integração, a massa de migrantes é inerentemente instável, de sorte que, não usufruindo de benefícios na fronteira, impele a sua contínua expansão. Pode esta hipótese ser assim enunciada: a mobilidade horizontal da população se relaciona a sua mobilidade vertical², caracterizada esta por instabilidade social decorrente da dificuldade de acesso aos meios de produção. Em fase inicial do desbravamento, a população trabalhadora é vital como mão-de-obra, e atraída pela perspectiva de acesso à terra estabelece-se como pequenos proprietários e posseiros. A seguir, à medida que se organiza a produção, empresários apropriam-se das terras, transformando posseiros e proprietários em mão-de-obra assalariada que se mobiliza quer para novas fronteiras, onde se reinicia o mesmo processo, quer para os centros urbanos (Becker, 1976).

Dado a rapidez da transformação do espaço, considera-se fundamental a pesquisa de campo, trabalhando-se com dados primários relativos a uma centena de migrantes, homens adultos vinculados à atividade rural, mesmo considerando as limitações que tal procedimento apresenta, tanto maiores quando se considera a extensão da área em estudo, o norte de Goiás (fig. 1).

2. O CONTEXTO ESPACIAL-TEMPORAL

Construída em 1960, a rodovia Belém—Brasília foi a primeira artéria estabelecida para conectar a Amazônia aos centros dinâmicos do País. Devido à sua extensão, a estrada atravessa espaços diversos, valorizados por diferentes modos de produção na mata e no campo. De norte para sul, a partir da cidade de Santa Maria no Pará, marco norte da rodovia, sucediam-se a floresta virgem, a savana com sua pecuária extensiva tradicional e uma região dinâmica desenvolvida em áreas de antigas matas.

Em Goiás, estado que representa uma transição entre as terras altas do Sudeste e a Amazônia, distinguem-se o sul e o norte, este último participando da Amazônia Legal³ (fig. 2). Pouco tem de amazônico, contudo, o norte de Goiás. Se no sul afloramentos de rochas

2 Hipótese similar vem sendo desenvolvida, a partir do ponto de vista sociológico, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), por Jean Hebette e Rosa Acevedo.

3 A curva do nível de 500 m estabelece, a grosso modo, o limite entre as terras altas do sul e a bacia amazônica. Correspondendo essa curva de nível aproximadamente ao paralelo de 13° de latitude sul, foi este adotado como limite sul da Amazônia Legal, região criada para fins de aplicação dos programas de desenvolvimento regional.

FLUXOS MIGRATÓRIOS DO NORDESTE PARA O NORTE DE GOIÁS

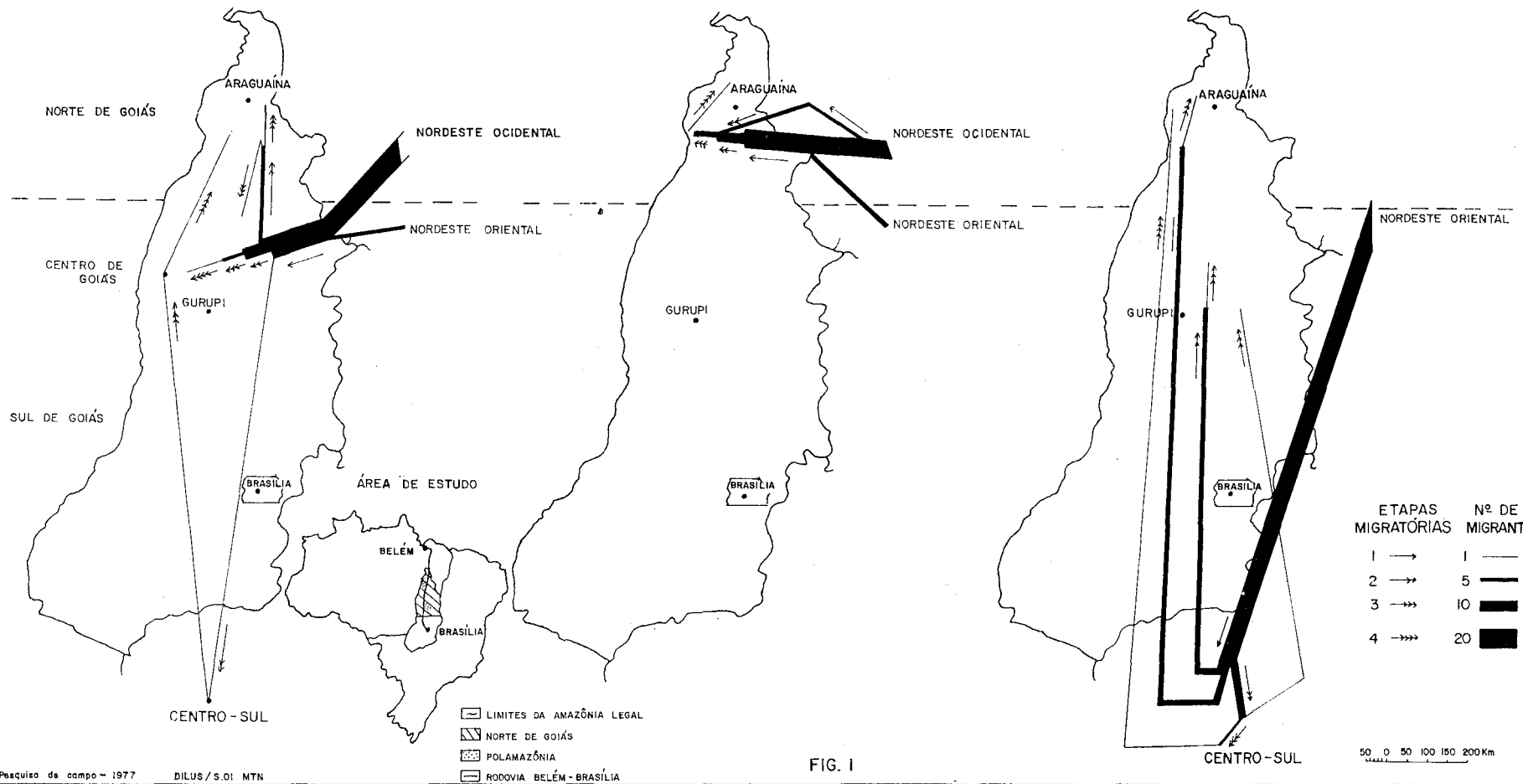


FIG. I

básicas originaram solos férteis que suportam densas manchas de matas tropicais semidecíduas, no norte predominam diferentes modalidades de cerrado, recobrando terras pobres; estas ocupam principalmente a porção oriental da vertente do rio Tocantins, enquanto que na do Araguaia terrenos mais férteis respondem pela presença de formações vegetais mais cerradas que só no extremo noroeste, nos limites com o Estado do Pará, transformam-se em verdadeiras matas, anunciando a presença da floresta amazônica.

O povoamento antigo do cerrado pela pecuária ocupou áreas enormes não delimitadas e não oficialmente registradas. As manchas florestais, com excelentes condições de solo, permaneceram inaproveitadas, deixando isolado o povoamento dos campos.

Tendo em vista essas diferenciações e as atuais relações funcionais neste trabalho, duas áreas serão distinguidas no norte de Goiás. O *centro ou meio-norte*, onde predomina a savana, compreendendo o trecho de Alvorada a Miracema do Norte e cujo centro regional é hoje a cidade de Gurupi, e o *extremo norte* ou simplesmente *norte*, onde é mais expressiva a floresta, correspondendo ao trecho de Guaraí a Araguaína, sob a influência da cidade de Araguaína.

A expansão da fronteira agrícola no estado, bem como a construção da rodovia, participam do processo de organização do espaço vinculado à expansão do capitalismo no Brasil. Três períodos básicos podem ser distinguidos nessa evolução, com suas respectivas projeções no espaço. O período de acumulação mercantilista, baseado na economia de exportação (anterior a 1930), o período da acumulação urbano-industrial pela substituição de importações (1930-65) e o período de acumulação monopolística, posterior a 1965.

Por sua posição central e isolamento, o impacto dessas diversas fases no norte de Goiás é inicialmente retardado; em contrapartida, uma vez vinculado ao centro do sistema espacial pela rodovia, sucedem-se as fases em ritmo acelerado.

Na fase de acumulação mercantilista em que as atividades produtivas se concentravam na faixa costeira, o estado permaneceu como uma sociedade espacialmente restrita, a estrutura do espaço se caracterizando pelos latifúndios pastoris e por cidades fluviais relacionadas a Belém.

Entre 1930 e 1965 a implantação da estrutura produtiva de base urbano-industrial refletiu-se espacialmente tanto pela urbanização que deu origem ao centro do sistema espacial nacional como pela expansão da fronteira agrícola. A expansão da fronteira, efetuada sob a forma de acumulação primitiva, representou a solução para o problema do crescimento do setor agrícola com fracos investimentos, e assim produzindo alimento e mão-de-obra a baixo custo para a acumulação urbano-industrial. Em Goiás esse processo afetou inicialmente a porção meridional do estado, em cujas matas, a partir de 1935, se desencadeou ativa frente pioneira agrícola, que se acentuou com o início da construção de uma estrada pioneira (1940/50), a futura rodovia Belém—Brasília (1950/60).

No norte a expansão da fronteira se iniciou na década de 1950 com a perspectiva da chegada da estrada, acentuando-se nos anos de 1960 com a conclusão da rodovia. Corresponde esse período à fase de abertura da região sob o processo de acumulação primitiva, caracterizando-se por unidades de produção e padrões de interação de pequena escala, representados por pequenas posses, com lavoura de subsistência (especialmente o arroz) e fazendas de gado de mineiros e goianos.

Tratando-se de estabelecimentos individuais, é lenta a taxa de desflorestamento e relativamente alta a proporção de lavouras. Há, portanto, oportunidade de emprego para mão-de-obra nas fazendas e é forte a atração de migrantes para a região.

Após 1965, especialmente depois de 1970, a concentração de empresas baseada em tecnologia moderna e economia de escala substitui a unidade industrial no País. Empresas multinacionais dominam os mercados e se expandem por todos os setores de atividade. A mudança na escala da concentração do excedente é apoiada por um conjunto de incentivos e subsídios oficiais à capitalização, institucionalizado em organismos setoriais e regionais que se sucedem, acelerando a expansão da grande empresa na região.

A partir de 1969 incentivos fiscais (50% de isenção no imposto de renda para investimento na Amazônia) e financiamentos especiais (PROTERRA) abrem à grande empresa a possibilidade de reproduzir o excedente através de sua expansão sobre as mais variadas atividades. Para apoiar essa expansão rodovias são construídas, a Belém—Brasília é pavimentada (1973) e a migração é estimulada. Já para o período 1975/79, por sua vez, enfatiza-se o objetivo de maior eficiência da produção nacional; áreas e projetos selecionados como prioritários são beneficiados pela concentração de recursos para racionalização e modernização das atividades através de programas especiais.

Por sua posição de contato entre o Planalto Central e a Amazônia, o Norte de Goiás é objeto de dois desses programas que visam ao desenvolvimento de pólos regionais. O Polamazônia, atuando no extremo norte, região de Araguaína, focaliza a infra-estrutura rural com a melhoria das estradas vicinais e o aproveitamento integrado do vale do Tocantins; o Polocentro, no meio-norte, região de Gurupi, tem como objetivo propiciar a ocupação racional e ordenada de áreas selecionadas dos cerrados, promovendo a expansão agropecuária através da mecanização agrícola e o florestamento-reflorestamento.

Esse processo traduz-se, na região em estudo, pela expansão da empresa pastoril que melhores condições oferece para reprodução do capital através da valorização das terras. Ampliando a escala dos estabelecimentos e utilizando tecnologia moderna, eleva a taxa de desmatamento e elimina a lavoura, usando mais extensivamente recursos e dispensando a mão-de-obra permanente.

Caracteriza-se, assim, um processo de assalariamento da mão-de-obra com intensa mobilidade intra-regional, que se dirige para as áreas de mata mais setentrionais.

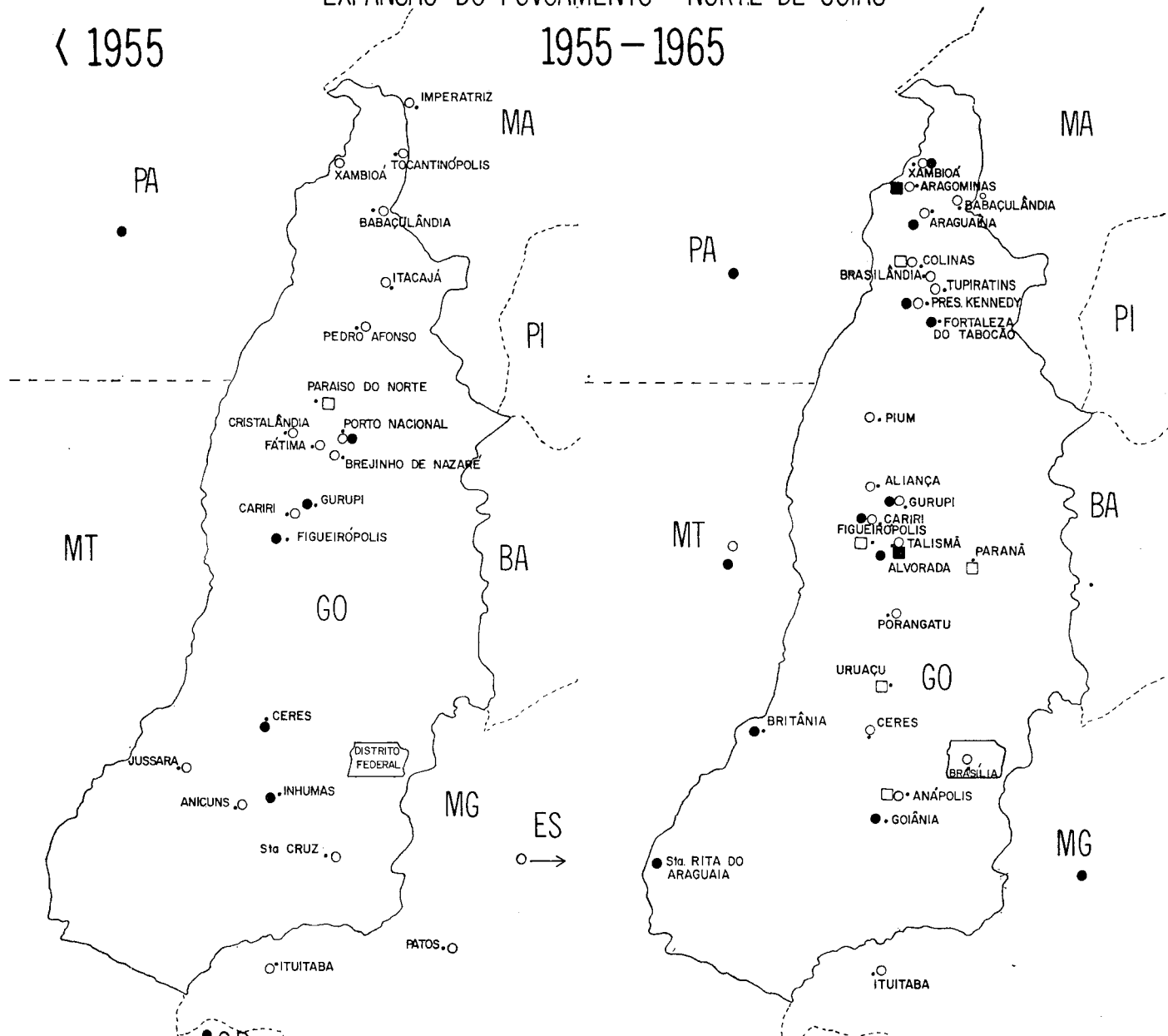
3. A MOBILIDADE ESPACIAL

Os principais povoadores da área da Belém—Brasília originam-se da região Nordeste, seguindo-se os da região Centro-Sul (principalmente dos Estados de Goiás e Minas Gerais) e os da região Norte. Estes últimos dirigiram-se basicamente para o próprio Estado do Pará, no extremo norte da rodovia, e os procedentes do Centro-Sul são mais freqüentes no Estado de Goiás, enquanto que os nordestinos estão presentes em toda a parte.

EXPANSÃO DO POVOAMENTO - NORTE DE GOIÁS

< 1955

1955 - 1965



> 1966

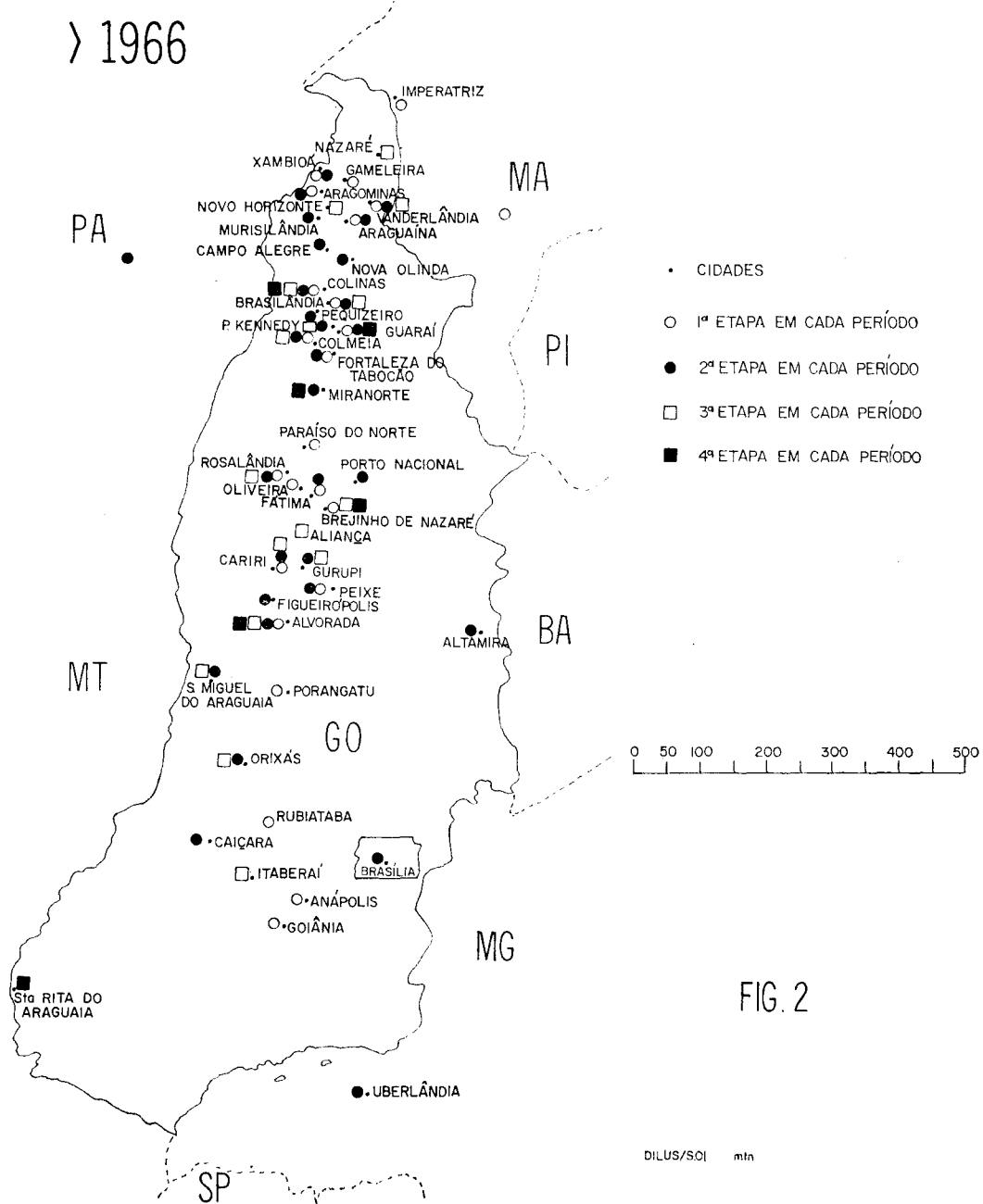


FIG. 2

TABELA 1

Origem dos migrantes no norte de Goiás

SUB-REGIÕES DE ORIGEM	QUANTIDADE DE MIGRANTES	
	Números absolutos	Números relativos (%)
Nordeste.....	61	53,90
Ocidental.....	38	33,6
Oriental.....	23	20,3
Centro de Goiás.....	26	23,05
Centro Sul.....	26	23,05
TOTAL.....	113	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo

Essa generalização, contudo, encobre um processo espacial bem mais complexo, que impulsiona a expansão da fronteira. O estudo da migração no norte de Goiás mostra que os povoadores constituem uma massa de população móvel que migra continuamente no País. A maioria da população realizou mais de uma etapa (tabela 2) tanto nos próprios estados de origem como no sul do País e na própria região pioneira, indicando que seu destino atual tende também a ser provisório.

TABELA 2

Número de etapas migratórias efetuado pela população

NÚMERO DE ETAPAS	QUANTIDADES DE MIGRANTES	
	Números absolutos	Números relativos (%)
1 Etapa.....	41	36,3
2 Etapas.....	39	34,5
3 Etapas.....	22	19,5
4 Etapas.....	11	9,7
TOTAL.....	113	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo

Segundo sub-regiões de origem, a população apresenta comportamento espacial diverso, criando fluxos migratórios nítidos com percursos complexos. Cinco fluxos podem ser identificados: três procedentes do Nordeste, um do Centro-Sul⁴ e outro do próprio estado (figura 2).

Nordeste Ocidental e Oriental — Norte de Goiás

A maior proporção dessa migração (20,3% do total), preponderantemente do Maranhão (82,6%) e, portanto, de média distância, se faz diretamente para o norte, enquanto que os demais realizam uma ou duas etapas ainda no estado de origem ou no próprio norte.

⁴ Tendo em vista a diferença geográfica das regiões de origem dos migrantes, que influem nas características do fluxo migratório, diferenciou-se a migração originária do Estado de Goiás. A migração do centro corresponde à porção centro-norte ou meio-norte do estado, já participando da frente pioneira; a migração do sul do estado foi grupada com a de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso, correspondendo ao Centro-Sul.

Nordeste Ocidental e Oriental — Centro de Goiás — Centro e Norte de Goiás

Um quarto apenas dessa migração de média e longa distância, que corresponde a 19,4% do total e em que predominam ainda os maranhenses (NEOC 86,4%), efetua-se diretamente para o centro do estado. Os demais migraram novamente, uma ou duas vezes, a maior parte para o próprio centro e alguns para o norte.

Nordeste Oriental — Centro Sul do País — Centro e Norte de Goiás

Correspondendo a 14,1% da migração total, esse percurso é característico da maioria (57%) da população do Nordeste oriental que efetua essa migração de longa distância. Dirigindo-se para regiões agrícolas de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, ou para as cidades do sul de Goiás—Brasília, Anápolis, Goiânia e Ceres — desloca-se posteriormente para a fronteira, principalmente para sua região central.

Centro de Goiás — Centro de Goiás

Trata-se de migração de curta distância, intra-regional que se efetua diretamente ou com etapas, correspondendo a 23,1% do total.

Centro-Sul — Norte de Goiás

Incluindo populações do sul de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso, esse fluxo (23,1% do total) de média distância e direção sul-norte efetua-se tanto diretamente quanto com etapas anteriores nas regiões de origem ou na própria fronteira.

É intensa a mobilidade dentro da própria região pioneira, evidenciando que a fronteira não oferece condições para fixar a população. Do total de 86 migrantes que se deslocaram diretamente para a fronteira, 61 já realizaram nova migração na própria região; destes, 33 já efetuaram duas etapas, 17 três etapas e 11 já estão em sua quarta etapa. Evidencia-se, ainda, a tendência aos deslocamentos para o extremo norte. Na primeira etapa de migração o afluxo para o centro correspondia a 54% do total de migrantes e atualmente, após as diversas etapas, invertem-se as posições, a migração para o extremo norte equiparando-se à do centro (50%).

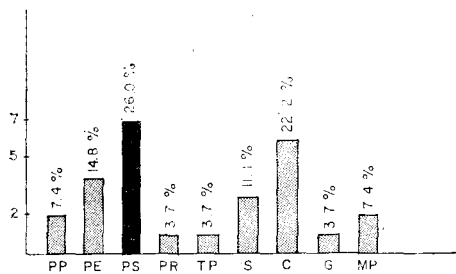
A dimensão temporal aliada às características das correntes migratórias confirma e explica essa tendência (fig. 3).

Um primeiro fluxo, pouco intenso, caracteriza-se entre 1930 e 1955, em período anterior à construção da estrada na área e, portanto, ainda não comandado pelos efeitos da economia urbano-industrial que então afetava apenas a porção meridional do estado. Trata-se principalmente de migração de maranhenses e, em menor escala, de nordestinos, atraídos para atividades extrativas minerais e vegetais de caráter de subsistência. Cristalândia, no centro, alcançada através de Pedro Afonso, cidade fluvial, e Xambioá, no norte, são os centros de garimpo, enquanto que em Tocantinópolis e Babaçulândia extrai-se o coco babaçu. O estabelecimento dessa população em pequenas posses não tem maior significado, uma vez que a terra não é valorizada para essa migração. São poucos os que realizam mais de uma etapa nesse período.

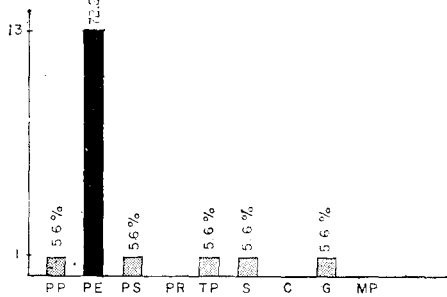
Só no extremo meridional da fronteira a migração de nordestinos e maranhenses para o Cariri anunciava a proximidade da frente pioneira do sul do estado, estacionada em Porangatu onde a estrada chegara em 1948.

MUDANÇA DE STATUS SÓCIO-ECONÔMICO

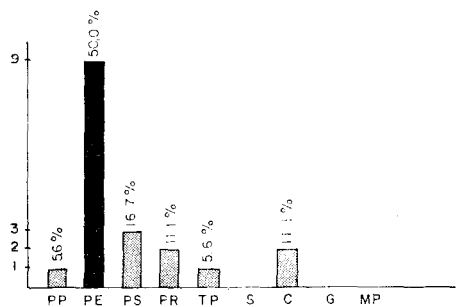
PEQUENO PROPRIETÁRIO (27)



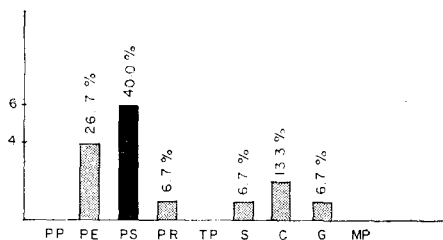
PEÃO (18)



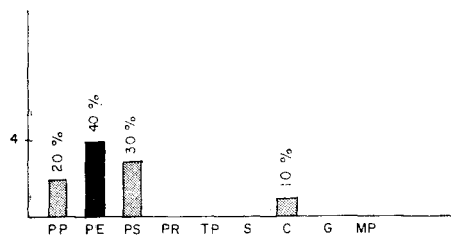
MEEIRO (18)



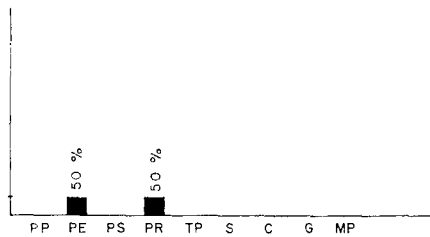
POSSEIRO (15)



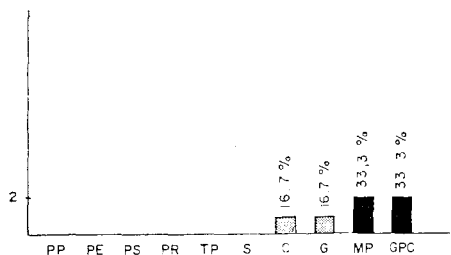
TRAB. PERMANENTE (10)



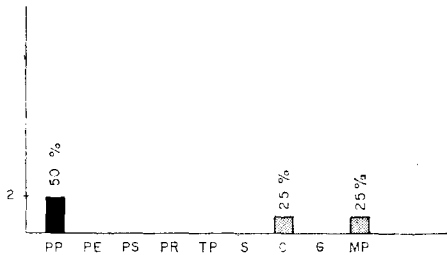
TRAB. EM SERVIÇOS (2)



COMÉRCIO (6)



MÉDIO PROPRIETÁRIO (4)



GPC: Significa grande proprietário comerciante, os dois migrantes eram GP-C na origem e continuaram assim sendo até o fim. Realizavam somente 1 etapa.

Entre 1955 e 1965, especialmente de 1957 a 1962, desenvolveu-se um fluxo intenso que corresponde à fase da construção da estrada. São ainda maranhenses que migram seguidos de população do próprio centro do estado; nordestinos procedentes de etapa anterior no Centro-Sul do País são ainda pouco numerosos.

Desloca-se agora a população atraída pela perspectiva de posse da terra e de emprego. Dado a rapidez da construção da estrada, dirige-se o fluxo tanto para o centro como para extremo norte. No centro, Talmã, Brejinho de Nazaré, Alvorada e Gurupi são os principais locais de atração, indicando, a um tempo, a mobilidade intra-regional e a tendência do deslocamento para o extremo norte. Neste inicia-se o desbravamento das matas em Colinas, Araguaína e Xambioá, por migração direta ou já em segunda etapa.

Finalmente, a partir de 1966, especialmente após 1970, é que se verifica a maior intensidade da mobilidade espacial; é maior o afluxo de novos migrantes na área e mais intensa a mobilidade interna, predominando a migração para o extremo norte. Expressa essa fase a ampliação da escala da mobilização do produto excedente que na região se manifesta pela grande valorização das terras e expansão da empresa pastoril, provocando rápida transformação do espaço.

Inicialmente fazendeiros individuais, mineiros e goianos substituem os pequenos posseiros vindos em fase anterior ou mesmo na atual. Após 1970, acelerando-se o processo, empresários urbanos de Minas Gerais e São Paulo substituem não só os posseiros como os fazendeiros, e se, por um lado, os expulsam, por outro, os atraem para a abertura de novas matas virgens amazônicas. Inicialmente a atração é pelas matas no extremo norte do estado; hoje, é tanto pelas matas do outro lado do rio, no estado do Pará, onde é mais expressiva a expansão da grande empresa, quanto pelo próprio cerrado, graças ao estímulo do Polocentro.

Percebe-se que a empresa pecuária, utilizando tecnologia moderna, ocupa apenas temporariamente a mão-de-obra. Explica-se, assim, a intensificação da mobilidade espacial. A maioria das segunda, terceira e quarta etapas migratórias, dentro da fronteira, são efetuadas nesse período: dentre os migrantes que efetuaram sua segunda etapa, 63,3% realizaram-na no período, dentre os que migraram pela terceira vez, 87,5% e todas as quartas etapas se processaram nesse lapso de tempo, impulsionando a fronteira para o norte.

Participam desse fluxo recente principalmente populações do Centro-Sul: pequenos proprietários do sul do estado, parceiros e comerciantes mineiros e paulistas. Também estão presentes maranhenses, nordestinos e goianos do centro de Goiás; estes, no entanto, continuam a migrar preponderantemente dentro da própria região central onde o Polocentro vem absorvendo momentaneamente a mão-de-obra para preparação dos terrenos e plantio do capim.

Em coerência com tal conjuntura histórica e com as características dos migrantes, compreende-se os motivos de expulsão apontados, bem como a variação desses motivos no tempo (tabelas 3 e 4).

Dificuldades de acesso à terra e a emprego são causas básicas da contínua migração. A falta de terras é o motivo preponderante para o deslocamento dos pequenos proprietários e posseiros de suas regiões de origem, quer essa primeira etapa seja antiga quer seja recente. No caso dos maranhenses, trata-se de migração antiga de posseiro e pequenos proprietários expulsos pela pressão demográfica. No caso dos goianos do sul, a migração é recente, evidenciando a expulsão dos

pequenos proprietários da antiga zona pioneira do sul do estado pela expansão da pecuária. A falta de trabalho na terra, acentuada com a seca, é motivo básico da emigração tradicional de parceiros nordestinos.

As demais etapas já se processam preponderantemente dentro da própria fronteira, e aí são diferentes as razões de migração. Na segunda, reduz-se relativamente o motivo falta de terras, sugerindo que para alguns houve possibilidade de posse da terra na fronteira; em contrapartida, cresce em importância como motivo, a exploração e a falta de trabalho, indicando a precariedade das relações sociais de produção tanto para os peões e trabalhadores permanentes nas fazendas tradicionais de gado do Centro de Goiás como também para os meeiros nordestinos expulsos do Centro-Sul, devido à modernização rural.

Já na terceira etapa a falta de trabalho, que ocupava sempre a segunda colocação como motivo de migração, assume preponderância, bem revelando a limitação das oportunidades de emprego que vem ocorrendo com a expansão da empresa pastoril. Tal fato parece corroborado pelos índices da quarta etapa; embora sejam poucas as informações codificáveis, o aparecimento da "grilagem" como motivo de migração, aliado ao recrudescimento da alegação de falta de terras, indica a expulsão daqueles que haviam conseguido posses em etapa anterior.

Compreende-se também que dentre os motivos de atração, embora o estoque de migrantes seja importante para a população nordestina, e a escola e a propaganda para a população sulista, predominem a busca de acesso à terra e as oportunidades de trabalho (tabela 5).

TABELA 3

Estrutura ocupacional dos migrantes por regiões de origem

CATEGORIAS REGIÃO DE ORIGEM	NE		OC		NE		OR		C. SUL		C. DE GOIÁS	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Médio Proprietário = MP.....	1	3,3	0	0,0	1	4,2	2	8,3				
Comerciante!(1) = C.....	1	3,3	1	4,5	4	16,7	0	0,0				
Gato = GT.....	0	30,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0				
Peq. Proprietário = PP.....	8	26,7	8	36,4	5	20,8	6	25,0				
Posseiro = PS.....	9	30,0	2	9,1	1	4,2	3	12,5				
Parceiro = PR.....	3	10,0	6	27,3	8	33,3	1	4,2				
Trabalho Permanente = TP.....	3	10,0	1	4,5	2	8,3	4	16,7				
Trabalho em Serviços = TS.....	0	0,0	0	0,0	1	4,2	1	4,2				
Peão = PE.....	5	16,7	4	18,2	2	8,3	7	29,1				
Total.....	30	100	22	100	24	100	24	100				

FONTE: Pesquisa de Campo

(1) Estão aí incluídos dois grandes proprietários e grandes comerciantes, 1 comerciante médio e 3 pequenos.

TABELA 4

Motivos de expulsão dos migrantes — %

REGIÕES DE ORIGEM	1.º			2.º				3.º		
	FALTA DE TERRA	FALTA TRABA- BALHO	EXPLOR. TRABA- BALHO	SECA	FALTA DE TERRA	FALTA DE TRABA- BALHO	EXPLOR. DE TRABA- BALHO	FALTA DE TERRA	FALTA TRABA- BALHO	EXPLOR. TRABA- BALHO
NE Oc.....	62,5	25,0	8,3	4,2	40,0	35,0	20,0	20,0	60,0	20,0
NE Or.....	47,5	15,8	5,3	31,6	25,0	37,5	37,5	25,0	25,0	50,0
C GO.....	33,3	33,3	33,3	—	20,0	40,0	40,0	—	100,0	—
C — S.....	50,0	37,5	6,5	—	35,3	29,4	29,4	—	75,0	25,0
TOTAL.....	51,5	27,1	11,4	10,0	32,7	36,2	31,0	14,3	57,1	28,6

FONTE: Pesquisa de campo

TABELA 5

Motivos de atração para os migrantes — %

REGIÕES DE ORIGEM	ACESSO À TERRA	OPORTUNIDADE DE TRABALHO	AÇÃO DO GOVERNO	PRESEÇA DA FAMÍLIA	ACESSO À ESCOLA
NE Oc.....	36,4	18,2	—	45,4	9,0
NE Or.....	46,1	30,8	—	23,1	—
C GO.....	40,0	30,0	10,0	—	20,0
C — S.....	45,0	25,0	20,0	15,0	—
TOTAL.....	42,0	25,4	7,3	20,0	5,4

FONTE: Pesquisa de Campo.

4. A MOBILIDADE VERTICAL

A intensa mobilidade espacial da população vincula-se à sua intensa mobilidade vertical. Assim como os atuais destinos geográficos encobrem percursos complexos e tendem também a ser efêmeros, assim o atual *status* dos migrantes é fruto de seu processo de transformação social que ainda está em aqão.

É, em grande parte, através da migração da mesma população em numerosas etapas que a fronteira avança; a cada etapa de migração corresponde uma mudança na condição de trabalho, decorrente da dificuldade de acesso aos meios de produção.

Trata-se, pois, de mobilidade vertical sinônimo de instabilidade econômica sem ascensão na escala social. Tal tipo de mobilidade implica em dois elementos intimamente relacionados, um quantitativo e um qualitativo. O quantitativo refere-se ao número de vezes que o migrante muda de ocupação ou de emprego e expressa a sua instabilidade na busca mal sucedida de terra, capital e trabalho; a ele relaciona-se o elemento qualitativo que se refere à mudança na escala social.

Torna-se, assim, necessário remontar às categorias ocupacionais da população em sua origem ⁵ e analisar o processo de mudança ocupacional desde então até o atual destino, por categoria e em cada etapa, para verificar, a um tempo, as relações desse processo com o seu *status* sócio-econômico e sua mobilidade horizontal. Esse processo pode ser acompanhado expressando as etapas migratórias em matrizes (tabela 6).

De acordo com o número de vezes em que ocorre mudança ocupacional e a proporção da população envolvida, tal como indicados nas fileiras, e considerando ainda os remanescentes de cada categoria de origem indicados na diagonal da matriz, verifica-se que, dentre todas as categorias, os pequenos proprietários e parceiros são os que acusam maior instabilidade, o que os induziu a realizar maior número de etapas migratórias. Com efeito, essas categorias não registram melhoria de *status* na fronteira. Os pequenos proprietários transformam-se, inicialmente, em trabalhadores em serviços, posseiros e, secundariamente, em peões; a seguir abandonam a ocupação em serviços, estabelecendo-se como donos de "venda"; metade dos parceiros tende logo a ser peão, os demais se diversificando.

Seguem-se como mais instáveis os trabalhadores permanentes rurais e o do baixo terciário, e os comerciantes; à exceção dos ocupados em serviços, realizaram eles também três ou quatro etapas migratórias. Os trabalhadores rurais diversificando sua ocupação inicialmente, tendem, posteriormente, a peões e posseiros, enquanto que os do baixo terciário, pelo contrário, mantendo-se inicialmente como tais, transformam-se, a seguir, em parceiros e peões. Quanto às numerosas etapas dos comerciantes, correspondem não a uma migração de miséria mas de conquista de novas oportunidades, pois que conseguem melhorar seu *status* na fronteira como comerciantes maiores ou médios proprietários.

É menor, relativamente, a instabilidade dos posseiros que, em parte, permanecem na mesma categoria e em parte tendem a peões, o que se traduz no fato de realizarem apenas duas etapas migratórias, bem revelando a importância do acesso à terra para a fixação de população. Ressalta, paradoxalmente, que as categorias situadas nos extremos da escala social são as que acusam maior permanência de *status*; movem-se sim, mas dentro de seus próprios estratos, sem alterar sua posição hierárquica. De um lado, os grandes proprietários de terra, comerciantes que realizam apenas uma etapa migratória, e cuja mudança se refere à ampliação do seu acesso à terra, ao capital e do seu grau de autonomia de trabalho. De outro lado, os peões, totalmente desprovidos de terra e capital e sem a menor autonomia de trabalho, extremamente instáveis, deslocando-se continuamente de emprego em emprego, sem contudo alterar, via de regra, a sua condição de peão.

Através da diagonal da matriz (remanescentes das categorias de origem) evidencia-se logo na primeira etapa a perda da propriedade e do acesso à terra com a drástica redução dos pequenos e médios proprietários, parceiros, trabalhadores permanentes e, em menor proporção, posseiros, que continuam a se reduzir nas etapas subsequentes até o desaparecimento total dos trabalhadores permanentes originários.

Por sua vez, a análise das colunas, que indica a participação total das categorias no destino, bem como a sua estrutura, permite distinguir que categorias absorvem que tipos de migrantes a cada etapa. É

5 Devido às limitações na pesquisa de campo, de um total de 128 entrevistados, só foi possível analisar em sua mobilidade espacial 113, e destes, somente 100 em sua mobilidade vertical. Os dados sobre a categoria ocupacional dos migrantes na origem referem-se a eles mesmos ou a seus pais.

TABELA 8

Mobilidade vertical da população — Norte de Goiás

ORIGEM	TOTAL	DESTINO, SEGUNDO AS CATEGORIAS OCUPACIONAIS (n.º)										MIGRAÇÃO		MOBILIDADE	
		GPC	MP	C	PP	PS	PR	TP	TS	PE	GT	N.º	%	N.º	%
1.ª Etapa															
TOTAL.....	100	2	4	3	11	18	5	9	11	36	1	100	100	72	72
GPC.....	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	0	00,0
MP.....	4	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	4	100	3	75,0
C.....	4	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	4	100	3	75,0
RP.....	27	0	2	1	5	6	1	1	6	5	0	27	100	22	81,5
PS.....	15	0	0	0	0	9	0	1	1	3	1	15	100	6	40,0
PR.....	18	0	0	0	2	2	4	2	0	8	0	18	100	14	77,8
TP.....	10	0	0	0	2	1	0	4	0	3	0	10	100	6	60,0
TS.....	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	100	0	00,0
PE.....	18	0	0	0	0	0	0	1	1	17	0	18	100	18	100,0
GT.....	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2.ª Etapa															
TOTAL.....	100	2	5	9	8	18	8	5	8	34	3	63	63	31	31
GPC.....	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	00,0	0	00,0
MP.....	4	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	1	25,0	0	00,0
C.....	4	0	2	1	0	0	0	0	0	1	0	3	75,0	2	50,0
PP.....	27	0	2	4	2	7	1	1	5	4	1	15	55,6	5	18,5
PS.....	15	0	0	2	0	6	1	0	1	4	1	10	66,7	4	26,7
PR.....	18	0	0	0	1	2	5	1	1	8	0	12	66,7	2	11,1
TP.....	10	0	0	1	2	3	0	1	0	3	0	7	70,0	3	30,0
TS.....	2	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	100,0	2	00,0
PE.....	18	0	0	0	1	0	0	1	1	14	1	13	72,2	13	72,2
GT.....	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3.ª Etapa															
TOTAL.....	100	2	5	9	10	19	7	3	6	36	3	19	19	9	9
GPC.....	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	00,0	0	00,0
MP.....	4	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	1	25,0	0	00,0
C.....	4	0	2	1	0	0	0	0	0	1	0	2	50,0	0	00,0
PP.....	27	0	2	4	3	7	1	1	4	4	1	4	14,8	1	3,7
PS.....	15	0	0	2	0	6	1	0	1	4	1	0	00,0	0	00,0
PR.....	18	0	0	0	2	2	4	1	0	9	0	6	33,3	2	11,1
TP.....	10	0	0	1	2	3	0	0	0	4	0	1	10,0	1	10,0
TS.....	2	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	50,0	1	50,0
PE.....	18	0	0	0	1	1	0	1	1	13	1	4	22,2	4	22,2
GT.....	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4.ª Etapa															
TOTAL.....	100	2	5	13	8	20	5	3	5	35	4	9	9	6	6
GPC.....	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	00,0	0	00,0
MP.....	4	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	1	25,0	0	00,0
C.....	4	0	2	1	0	0	0	0	0	0	1	1	25,0	1	25,0
PP.....	27	0	2	6	2	7	1	1	3	4	1	2	7,4	2	7,4
PS.....	15	0	0	2	0	6	1	0	1	4	1	0	00,0	0	00,0
PR.....	18	0	0	2	1	3	2	1	0	9	0	4	22,2	3	16,7
TP.....	10	0	0	1	2	3	0	0	0	4	0	0	00,0	0	00,0
TS.....	2	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	00,0	0	00,0
PE.....	18	0	0	0	1	1	0	1	1	13	1	0	00,0	0	00,0
GT.....	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

forte a oscilação na proporção dos ocupados em serviços, parceiros e trabalhadores permanentes que, elevando-se ou mantendo-se na primeira etapa, reduz-se depois gradativamente. Em contrapartida, crescem as proporções de peões, drasticamente, logo na primeira etapa, e de comerciantes e posseiros, continuamente, a partir da segunda.

Significa que, inicialmente, as categorias que perdem a terra se transformam preponderantemente em peões rurais (bóia-fria) ou urbanos (trabalhadores no baixo terciário dos povoados que surgem), sendo alguns absorvidos como trabalhadores em fazendas e como posseiros. Na segunda etapa, parte dos migrantes tem chance de restabelecer seus laços com a terra, como parceiros, posseiros ou proprietários, e parte encontra alternativa de vida do comércio dos povoados, seja o pequeno comércio de gêneros (“venda”), seja o comércio de mão-de-obra (“gato”). Nas etapas subseqüentes, correspondentes aos anos mais recentes, aqueles que se tinham ocupado nos serviços e nas fazendas se transformam em peões ou pequenos comerciantes, reduzindo-se proporcionalmente a oportunidade de acesso à terra.

Acompanhando a mobilidade vertical da população, verifica-se, assim, não só sua instabilidade como uma mudança na estrutura das relações sociais de produção caracterizada por um processo de proletarização. No decorrer do processo migratório desaparecem justamente as categorias de vínculo mais estreitos com a terra que se transformam principalmente em assalariados temporários, e também em posseiros e pequenos comerciantes, e uma nova categoria surge, o “gato”, mercador de mão-de-obra (tabelas 6 e 7 e figura 4).

A projeção desses dados no tempo confirma o processo de proletarização, considerando que a categoria de posseiros é transitória, visto que tendem a ser peões e, em menor proporção, pequenos comerciantes. Restaria, assim, como chance para melhoria de vida na fronteira, o comércio. Necessário se faz, contudo, distinguir os tipos de comerciantes existentes. No caso em estudo, progrediram os que originariamente eram comerciantes; os comerciantes novos, contudo, são, em maioria, donos de “venda” em pequenos povoados de ação local, com instabilidade similar a dos pequenos proprietários, pois que o povoado como centro de residência e comércio de mão-de-obra só perdura em fase de abertura da região, desaparecendo quando a organização da produção dispensa a força de trabalho (Becker, 1976). Somente têm permanência os que possuem um comércio efetivo, bem como o “gato”, elementos essenciais na nova estrutura das relações sociais de produção, pois que são os elos na cadeia de extração e mobilização do excedente que se concentra nas populações e regiões mais ricas.

Considerando que numa sociedade de recursos escassos é fundamental para a qualidade da vida rural o acesso aos meios de produção, estabeleceu-se uma hierarquia de *status* sócio-econômico segundo os critérios adotados de acesso à terra, ao capital e o grau de autonomia de trabalho (tabela 7); comparando a situação dos migrantes nas regiões de origem e destino, caso por caso, constata-se que poucas foram as categorias que melhoraram de *status* na fronteira até o momento (tabela 8). Trata-se, basicamente, de quem já detinha posses em terra ou capital nas regiões de origem — os comerciantes e grandes proprietários/comerciantes — e que enriquecem graças à apropriação de mais terra ou à função comercial de intermediação com as cidades mais desenvolvidas do Centro-Sul do País.

FLUXOS MIGRATÓRIOS DO CENTRO-SUL E CENTRO DE GOIÁS PARA O NORTE DE GOIÁS

R. Bras. Geogr., Rio de Janeiro, 41(4) : 146-168, out./dez. 1979.

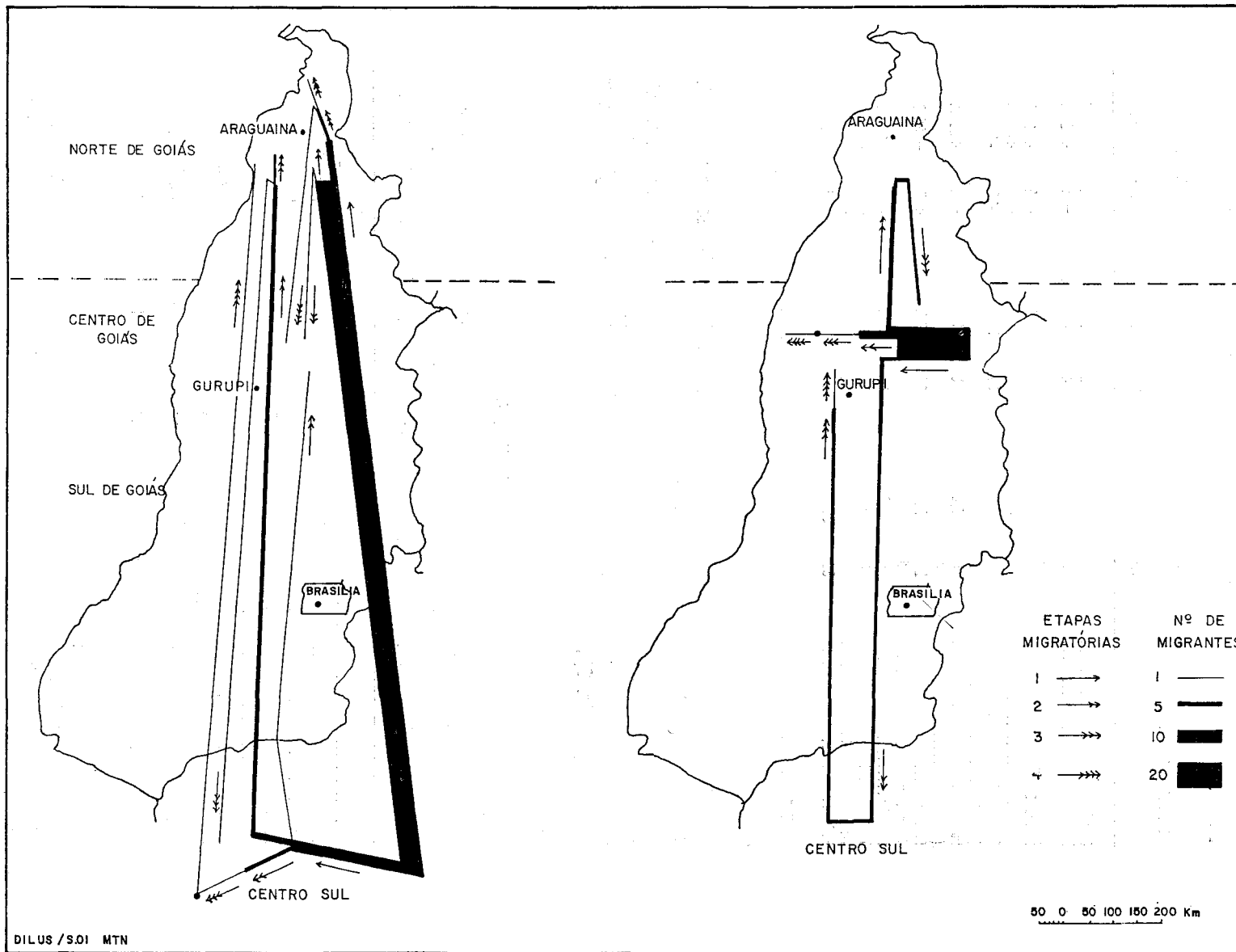


TABELA 7

Mobilidade social de migrantes — Norte de Goiás

CATEGORIAS HIERÁRQUICAS	DESTINO		ORIGEM		VARIAÇÃO	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Grande Proprietário Comerciante.....	2	2,0	2	2,0	0	0,0
Médio Proprietário.....	5	5,0	4	4,0	+ 1	+ 25,0
(com Comércio).....	2		1			
Médio Comerciante.....	4	4,0	1	1,0	+ 3	+300,0
Gato.....	4	4,0	0	0,0	+ 4	+400,0
Pequeno Proprietário.....	8	8,0 x	27	27,0	-19	-237,0
(com Comércio).....	2					
Pequeno Comerciante.....	9	9,0	3	3,0	+ 6	+200,0
(com Terra).....	4					
Posseiro.....	20	20,0	15	15,0	+ 5	+ 33,0
(com Comércio).....	2					
Parceiro.....	5	5,0	18	18,0	-13	-260,0
Trabalhador Rural Permanente...	3	3,0	10	10,0	- 7	-233,0
Trabalhador em Serviços.....	5	5,0	2	2,0	+ 3	+150,0
Peão.....	35	35,0	18	18,0	+17	+ 94,0
TOTAL.....	100	100,0	100	100,0		

Quanto à população pobre, a grande maioria continuou pobre, não conseguindo ascender na escala social.

Confirma-se, assim, a hipótese da mobilidade sem ascensão na escala social, bem como a vinculação entre a mobilidade horizontal e vertical da população expressa nos elevados coeficientes de correlação encontrados (tabela 9).

TABELA 8

Mudança do status sócio-econômico por categoria ocupacional

CATEGORIAS (ORIGEM)	(+)	(-)	(=)	HIPÓTESE NULA (1)
MP.....	1	0	3	—
C (inclusive 2 GP).....	5	0	1	Rejeitada (+)
PP.....	10	14	2	Aceita
PS.....	3	5	7	Aceita
PR.....	6	10	2	Aceita
TP.....	6	4	0	Aceita
S.....	1	1	0	—
PE (2).....	5	—	13	Rejeitada (=)
GERAL.....	37	34	29	Aceita

(1) Nível de significância = 0,05

Hipótese nula: não há diferença significativa entre o número de migrante que melhorou e piorou de *status*.

(2) Para esta categoria o teste da hipótese considerou o número dos que melhoraram e dos que permaneceram em seu *status*.

NOTA: A correspondência entre esses dados e os da tabela 6 não é total, uma vez que na avaliação do *status* considerou-se também o tamanho do estabelecimento rural para proprietários e posseiros, bem como o fato do migrante exercer mais de uma atividade.

TABELA 9

Correlação entre número de etapas migratórias e número de mudanças ocupacionais

ETAPAS					CATEGORIAS							
"r" c	.1a.	2a.	3a.	4a.	MP	C	PP	PS	PR	TP	S	PE
	0,98	0,83	0,75	0,93	1	0,99	0,97	1	0,92	1	0,93	0,99

NS = 0,05 NS = 0,02
 N = 8 N = 8
 "r"t = 0,64 "r"t = 0,83

FONTE: Pesquisa de Campo.

Tal situação se traduz na escala das desigualdades regionais do desenvolvimento (tabela 10).

As populações provenientes do Nordeste ocidental e oriental, constituídas basicamente de pequenos proprietários, posseiros e parceiros pobres (tabela 3), não conseguem melhorar seus *status* na fronteira. Pelo contrário, são elas as que levam a pior; a perda da propriedade ou do acesso à terra é irreparável, ainda mais numa região em que cresce fortemente o valor da terra, correspondendo, portanto, a um empobrecimento relativo. Tampouco melhoram de *status* os assalariados da própria zona pioneira do centro de Goiás.

O fluxo proveniente do Centro-Sul é, contudo, mais variado. Aí se distingue, por um lado, a população procedente do sul de Goiás, composta por pequenos proprietários e parceiros expulsos da antiga frente pioneira, e cujo destino é similar ao da população nordestina. Por outro lado, a migração mais rica, do sudeste, de onde provém a maioria dos comerciantes, acusa melhoria significativa de *status*, conseguindo efetivamente novas oportunidades na fronteira.

TABELA 10

Mudanças de status sócio-econômico por regiões de origem

REGIÕES DE ORIGEM	+	-	=	HIPÓTESE NULA
Nordeste Ocidental.....	10	13	7	aceita
Nordeste Oriental.....	7	9	6	aceita
Centro de Goiás.....	9	6	9	aceita
Centro-Sul.....	11	9	4	aceita
Sul de Goiás.....	2	6	0	aceita
Brasil Sudeste.....	9	3	4	rejeitada (+)
TOTAL.....	37	37	26	

FONTE: Pesquisa de Campo

5. CONCLUSÕES

Em que pese o caráter exploratório desse estudo, contribuiu ele para explicitar o caráter da integração da fronteira, respondendo às indagações iniciais e colocando novos problemas.

Confirma-se a relação entre a mobilidade horizontal e vertical da população. A mobilidade espacial decorre da dificuldade de acesso aos meios de produção; instável economicamente e sem ascensão na escala social, é a população induzida a migrar continuamente.

Isto significa que para a maioria dos migrantes não há benefícios na fronteira. Os frutos do crescimento se concentram nas populações originariamente mais bem dotadas e provenientes de regiões mais ricas, e que, através de laços comerciais, mobilizam o produto excedente para populações e regiões mais ricas, enquanto que a massa de população

oriunda de regiões pobres permanece pobre ou até empobrece mais e tende a continuar pobre, migrando para novas fronteiras. Somente para os comerciantes e grandes proprietários da região Sudeste a fronteira de recursos é, na verdade, uma região de “novas oportunidades”.

Tais constatações, do ponto de vista da teoria e da política do desenvolvimento regional, indicam que o incentivo à acessibilidade melhorada e à grande empresa favorece o crescimento econômico, reproduzindo ou até ampliando, em termos relativos, as disparidades regionais e sociais do desenvolvimento com novas feições. No que interessa ao tema deste trabalho, a mais evidente dessas novas feições é a transformação nas relações de produção no decorrer do processo migratório, transformação caracterizada pelo rompimento da estabilidade de pequeno produtor, transformado, na etapa final do processo, em assalariado temporário. Não que o assalariamento destrua totalmente as formas antigas de relações de produção; pequenos proprietários e posseiros são mantidos nesse processo de expansão porque são necessários à abertura das matas na vanguarda da frente pioneira, só em etapa posterior, portanto, passando a assalariados.

Qual a importância e o significado da mobilidade da mão-de-obra no contexto espacial e temporal da expansão do sistema como um todo? Será essa tendência duradoura? Como se vincula a expansão das demais atividades? Será, como dizem autores acima citados, uma forma de evitar a essa população a acumulação de poder social e provocar sua alienação na sociedade? Na fronteira, a mobilidade da mão de-obra parece fundamental para a reprodução do capital, pois que permite organizar a produção, constituindo mão-de-obra e mercado móveis e a mobilidade sendo tanto mais importante quanto se considera a escala da região e o ritmo de sua abertura. Eis uma questão a ser aprofundada na fronteira e vista em suas relações com o resto do País.

Outra questão diz respeito às perspectivas que se oferecem para a população e a região. Caso o objetivo da integração nacional seja colonizar o território, solucionando a um tempo o problema “da terra sem homens e dos homens sem terra”, há que utilizar instrumentos alternativos que permitam à população o real acesso aos meios de produção, acesso capaz de lhe dar um grau mínimo de estabilidade e de tornar efetiva a integração do território.

Como solucionar o problema? Será válida a alternativa, sugerida por pensadores de diversas correntes bem como técnicos governamentais, de descentralização do poder de decisão, através da formação e/ou manutenção de comunidades agrícolas onde seriam preservadas as tecnologias próprias à sua cultura, e cuja existência seria amparada pela existência de um mercado paralelo que garantiria a compra de sua produção? Alguns autores chegam mesmo a propor o “fechamento” de áreas selecionadas no sentido de manter um certo grau de mobilidade geográfica, horizontal, para fugir às forças da integração funcional, vertical. Quais os reais efeitos dessa descentralização?

Poderá resolvê-lo a alternativa assistencial proposta por outros, criando a obrigatoriedade por parte do estado ou dos grandes proprietários de terra, de fornecer um mínimo de emprego, alimento, saúde e educação à população trabalhadora? E que dizer da mudança de orientação do crédito, permitindo que a ele tenha acesso o pequeno produtor, ou seja, do fortalecimento da pequena e média empresas?

Eis algumas das questões suscitadas para a formulação de políticas que enfrentem o desafio de manter o crescimento econômico, assegurando, ao mesmo tempo, condições de vida digna à população.

BIBLIOGRAFIA

- MYRDAL, Gunnar, 1955 — *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*, ISEB, Rio de Janeiro.
- HIRCHMAN, Albert, 1958 — *The Strategy of Economic Development*, New Haven, Connecticut.
- FRIEDMANN, John, 1972 — *The Spatial Organization of Power and the Development of Urban Systems*, UCLA.
- , 1978 — Pobreza Urbana: algumas considerações teóricas. Seminário Nacional sobre Pobreza Urbana e Desenvolvimento, MDU/UFPE, Recife.
- BECKER, Bertha K., 1974 — “A Amazônia na estrutura espacial do Brasil”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano 36, n.º 2, FIBGE.
- KATZMAN, Martin, 1975 — Regional Development Policy in Brazil: the role of growth poles and development highways in Goiás, *Ec. Dev. and Cultural Change* 24 (1).
- STÖHR, W., TODLING, F., 1976 — Spatial Equity — some anti-thesis to current regional development doctrine.